

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	13
NOTA DE ABERTURA À 2ª EDIÇÃO	15
NOTA DE ABERTURA À 3ª EDIÇÃO	17
LISTA DE ABREVIATURAS	19
LEGISLAÇÃO SELECCIONADA DA UNIÃO EUROPEIA	21
JURISPRUDÊNCIA SELECCIONADA	35
JURISPRUDÊNCIA SELECCIONADA DO SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	35
JURISPRUDÊNCIA SELECCIONADA DO TJUE	39
 CAPÍTULO I – O ENSINO DO DIREITO FISCAL NA FACULDADE DE DIREITO DA UP	 43
1. O objeto	43
2. Método e objetivos	44
2.1. O processo pedagógico	44
2.2. O método de avaliação	45
2.3. Objetivos	46
 CAPÍTULO II – OS IMPOSTOS PORTUGUESES	 47
1. Introdução	47
2. A definição de imposto e os fins da tributação	48
2.1. Breves considerações sobre o conceito de taxa, preços e rendas sociais	50
2.1.1. O conceito de taxa	50
2.1.2. Sobre a distinção taxa/preço ‘público’	50

2.1.3. A equivalência dos conceitos 'tarifa' e 'preço'	51	1.3. Deduções	88
2.1.4. A distinção taxa/preço: considerações doutrinárias e jurisprudenciais nacionais	52	1.4. As taxas	89
2.1.5. A definição de preço: preços 'públicos' e preços 'privados'	52	1.5. A colaboração do contribuinte	91
2.1.6. A questão das 'Rendas Sociais'	53	2. O IRC	92
3. A interpretação e integração da lei fiscal	53	2.1. Introdução	92
4. As classificações de impostos	56	2.2. Matéria coletável e lucro tributável	93
5. A técnica fiscal: incidência, taxas, liquidação e pagamento	57	2.3. A dedutibilidade de gastos	94
5.1. A incidência	57	2.4. O regime das depreciações e amortizações	95
5.2. As taxas	57	2.5. Os prejuízos fiscais	96
5.3. A liquidação	58	2.6. Os dividendos	97
5.4. O pagamento	59	2.7. Isenções	97
6. A responsabilidade fiscal	59	3. A tributação do rendimento: noções fundamentais	98
7. As reformas fiscais: breve perspectiva histórica	60	3.1. Os sujeitos passivos	98
7.1. A dimensão internacional	60	3.2. O estabelecimento estável	99
7.2. A dimensão nacional	61	3.3. O regime da transparência fiscal	100
CAPÍTULO III – PRINCÍPIOS FISCAIS	65	3.4. As atividades ilícitas	101
1. Introdução	65	3.5. A base tributável	101
2. Classificação e definições	66	3.6. O conceito jurídico-económico de 'realização'	104
3. O princípio da neutralidade	67	3.7. Diferimento e tributação das mais-valias	110
4. O princípio da equidade	68	3.8. O tratamento fiscal das empresas municipais	113
5. O princípio da não-discriminação	70	3.9. A tributação das bolsas de estudo	117
6. O princípio da territorialidade	71	3.10. A classificação jurídico-fiscal dos intangíveis e a sua relevância no séc. XXI	118
7. O princípio da residência	72	4. A tributação dos lucros: os sistemas fiscais	123
8. O princípio da nacionalidade	74	4.1. Introdução	123
9. O princípio da transparência	75	4.2. O conceito de 'integração'	125
10. O princípio da simplicidade	77	4.3. As desvantagens da 'integração'	127
11. O princípio da reciprocidade	78	4.4. Em busca de um sistema fiscal moderno	128
12. O princípio da eficiência	78	4.5. O sistema clássico	130
13. O princípio da não-retroatividade	79	4.6. Sistemas de Imputação	132
CAPÍTULO IV – OS IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	85	4.7. Sistemas de Isenção	136
1. O IRS	85	4.8. Sistema de Dedução	137
1.1. Introdução	85	4.9. A proposta ACE	138
1.2. Tributação separada, benefícios à mobilidade profissional, quociente familiar e residência para efeitos fiscais	86	4.10. Sistema de Cash-Flow	140
		5. As medidas anti-abuso	143
		5.1. Introdução	143
		5.2. Os preços de transferência	145

5.2.1. A definição de sujeito passivo	147
5.2.2. Determinação do valor dos bens ou serviços	148
5.2.3. A Questão da Interpretação e Aplicação do Artigo 63º do CIRC	151
5.2.4. O princípio da independência e a situação de relações especiais: harmonia ou conflito?	152
5.2.5. A escolha do método para determinação do preço de transferência	153
5.2.6. O problema do ónus da prova	157
5.2.7. Ónus da prova e o preço comparável de mercado	159
5.2.8. A recaraterização da operação e o ónus da prova	160
5.2.9. Preços de transferência e as atividades não lucrativas ou de interesse público e social	161
5.2.10. A Perspetiva Internacional	164
5.2.11. Futuros Desenvolvimentos	165
5.3. A Subcapitalização (ou limitação à dedutibilidade de gastos financeiros)	166
5.3.1. Introdução	166
5.3.2. Tendências no sistema fiscal português	167
5.4. Conclusões	168
6. O sistema de segurança social: considerações fiscais	169
6.1. Introdução	169
6.2. Os três pilares	170
6.2.1. O Primeiro Pilar	170
6.2.2. O Segundo Pilar	172
6.2.3. O Terceiro Pilar	176
6.3. As contribuições obrigatórias para a segurança social e a sua natureza	180
6.4. O Código Contributivo da Segurança Social	185
6.4.1. Introdução	185
6.4.2. A Qualificação Jurídica do Código Contributivo da Segurança Social	188
6.4.3. Os problemas criados pelos regimes convencionais: a discriminação entre trabalhadores e o incentivo à fraude ou evasão	187

6.4.4. A incongruência entre a voluntariedade do regime de seguro social voluntário e a obrigatoriedade da remuneração convencional	190
6.5. Possíveis soluções para o futuro	191
7. O comércio eletrónico – Novos Desafios	194
7.1. Ponto Prévio	194
7.2. Cloud Computing – Enquadramento Tributário	196
7.3. A Tributação do Rendimento - O problema do requisito da existência física	198
7.4. A Tributação das Apostas <i>Online</i>	201
8. Conflitos na imputação de rendimentos ao contribuinte	209
8.1. Princípios gerais	209
8.1.1. Sujeito passivo	209
8.1.2. Crédito fiscal	211
8.1.3. Alienação do rendimento	212
8.2. Questões específicas de imputação	213
8.2.1. Regras de imputação	213
8.2.2. Rendimento de ativos	215
8.2.3. Intermediários	217
8.2.4. Legislação anti-abuso	218
8.3. Conflitos na atribuição do rendimento	221
8.3.1. Tributação no país da fonte	223
8.3.2. Tributação no país da residência	224
 CAPÍTULO V – OS IMPOSTOS SOBRE O CONSUMO	 227
1. Os Impostos Aduaneiros	227
1.1. A perspetiva histórica	227
1.2. Conceitos fundamentais do Código Aduaneiro da União	228
1.2.1. Classificação pautal	229
1.2.2. Origem das mercadorias	230
1.2.3. Valor aduaneiro	230
1.2.4. Destinos aduaneiros	231
1.3. Desenvolvimentos recentes	232
1.4. Alfândegas: Do passado ao futuro	232
1.4.1. Perspetiva geral	232
1.4.2. Desafios e objetivos atuais	234
1.5. Como classificar mercadorias ao abrigo da Pauta Aduaneira Comum	235

1.5.1. Introdução	235
1.5.2. O quadro legal aplicável à classificação de mercadorias	236
1.5.3. A interpretação da Nomenclatura Combinada ('NC') feita pelo Tribunal de Justiça	238
1.5.4. Problemas atuais e possíveis melhorias na classificação aduaneira	238
2. Os IEC(s)	240
2.1. Introdução	240
2.2. Incidência subjetiva	241
2.3. Facto gerador e exigibilidade	243
2.4. Isenções comuns	244
2.5. Taxas	245
2.6. As obrigações fiscais	245
2.7. A importância da política ambiental	247
3. O IVA	249
3.1. Breve perspetiva histórica	249
3.2. Objeto e âmbito de aplicação	251
3.3. Sujeitos passivos	252
3.4. A base tributável	255
3.5. A localização das operações tributáveis	258
3.6. A exigibilidade do imposto	260
3.7. O valor tributável	261
3.8. As taxas	265
3.9. As isenções	265
3.10. As deduções	268
3.11. As obrigações fiscais	272
3.12. Os regimes especiais	274
3.13. O IVA em alguns setores da atividade económica	276
a. As (tele)comunicações	276
1. A tributação das (tele)comunicações em sede de IVA	276
2. A importância das definições 'sujeito passivo', 'atividade económica' e 'distorções de concorrência'	279
3. A distinção entre transmissão de bens e prestações de serviços e o local das operações tributáveis no contexto das telecomunicações	281
4. Conclusões	282
b. O comércio eletrónico: 'Cloud Computing'	282

c. O regime fiscal dos artistas, promotores e intermediários	285
1. Sobre a definição jurídico-fiscal de 'Trabalhador das artes do espetáculo e do audio-visual'	285
2. Sobre a definição jurídico-fiscal de promotor	288
3. O instituto do registo em Portugal e a análise do requisito formal da obrigatoriedade do registo dos promotores no IGAC	290
4. A delimitação do âmbito da isenção estabelecida no art. 9º, nº 15 alínea a) do CIVA	293
5. A relevância do princípio da neutralidade em sede de IVA	295
d. As empresas municipais	296
 CAPÍTULO VI – OS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	301
1. Aspectos internacionais	301
2. A noção de património	302
3. A noção de valor patrimonial tributário	302
4. Os impostos sobre o património: IMI/IMT/Imposto de Selo (IS)/Derrama/Imposto sobre Veículos (ISV) e Imposto Único de Circulação (IUC)	304
5. A reforma fiscal	305
6. Os impostos sobre o património imobiliário – IMI/IMT/IS – Breve introdução	306
7. A tributação do imobiliário em sede de IVA	308
8. A tributação do imobiliário em sede de impostos sobre o rendimento (IRC/IRS)	309
9. Dos benefícios fiscais concedidos ao setor imobiliário	310
10. Alguns casos de duvidosa constitucionalidade	310
11. Sobre a atividade empresarial local	311
12. O Poder Local – A Experiência Inglesa	315
 CAPÍTULO VII – OS BENEFÍCIOS FISCAIS	325
1. Introdução	325
2. Os benefícios fiscais: definições	326
3. A 'causa social' e o papel das entidades não lucrativas	327
3.1. As Organizações Não-Governamentais (ONG(s))	327

3.2. As Formas Jurídicas Adoptadas pelas Organizações	
Não-Governamentais	328
3.3. O Tratamento Jurídico-Fiscal das ONG(s) no Contexto Europeu	329
3.4. Breves Considerações de Direito Fiscal Internacional	334
3.5. Conclusões	336
4. I&D (Investigação e Desenvolvimento) – Regime fiscal	337
4.1. Em geral	337
4.2. Abordagem histórica	337
4.3. Incentivos Fiscais para as Pessoas Coletivas: Incentivos para a I&D no CIRC	338
4.3.1. Amortizações	339
4.3.2. Gastos de investigação e desenvolvimento como gastos fiscais	339
4.4. Incentivos Fiscais para as Pessoas Singulares: Incentivos para a I&D no CIRS	340
4.4.1. Base fiscal	340
4.4.2. Deduções	341
4.5. Incentivos Fiscais no Imposto sobre o Valor Acrescentado	341
4.6. Outros Benefícios	342
4.6.1. Benefícios especiais para as zonas francas da Madeira e da ilha de Santa Maria	342
4.6.2. Benefícios fiscais contratuais	342
4.6.3. Benefícios relativos a entidades que desenvolvam actividades de Investigação e Desenvolvimento	342
4.6.4. Incentivos fiscais ao desenvolvimento da propriedade industrial	343
4.7. Incentivos Fiscais nas Convenções sobre Dupla Tributação	343
5. O Código Fiscal do Investimento, o Regime dos Benefícios Fiscais Contratuais concedidos ao Investimento Directo no estrangeiro por empresas nacionais e o novo Código Fiscal do Investimento – breves considerações	344
6. O património cultural: Benefícios e incentivos fiscais	345
7. A protecção do ambiente: Benefícios e incentivos fiscais – breve referência	348
8. Conclusões	348

CAPÍTULO VIII – O DIREITO FISCAL INTERNACIONAL	349
1. Introdução	349
2. As convenções sobre dupla tributação	350
3. Os princípios interpretativos	350
4. Critérios de Residência	353
5. Estabelecimento Estável	354
6. Os dividendos: retenções na fonte	358
7. Juros e <i>royalties</i>	361
8. Pensões	363
9. Correções à matéria coletável e a rede portuguesa de convenções sobre dupla tributação	364
10. Métodos usados para eliminar ou reduzir a dupla tributação internacional	366
11. Observações Finais	372
12. ‘Tax Sparing’	373
13. Os acordos sobre trocas de informações fiscais ao serviço das estratégias políticas dos Estados-membros da União Europeia	373
14. Conclusões	383
CAPÍTULO IX – O DIREITO FISCAL EUROPEU	385
1. Introdução	385
2. O processo de coordenação fiscal na União Europeia	387
2.1. O relatório ‘Newmark’	388
2.2. O relatório ‘Segré’	388
2.3. O programa da Comissão	389
2.4. O relatório de Van den Tempel	389
2.5. O ponto de vista da Comissão	390
2.6. O relatório ‘Ruding’	390
2.7. Os sucessos dos anos 90	393
2.8. Reivindicações jurisdicionais: Problemas postos pela dicotomia nacionalidade – residência	394
2.9. Eliminação da discriminação: em busca da coerência	394
2.10. TJCE: novamente, altura de decidir	394
3. Sistemas fiscais e não discriminação na União Europeia	396
4. Planeamento fiscal e não discriminação na União Europeia	405

CAPÍTULO X – AS INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS	415		
1. Introdução	415		
2. Classificações	416		
3. Breve perspetiva comparada	417		
4. A fraude fiscal e o princípio da transparência	417		
5. Estudo sobre as infrações tributárias	430		
CAPÍTULO XI – O DIREITO CONTABILÍSTICO	439		
1. Introdução	439		
2. Os IFRS	440		
3. Princípios fiscais e contabilísticos: o caminho difícil da harmonização fiscal na União Europeia	441		
CAPÍTULO XII – O PROCEDIMENTO E O PROCESSO TRIBUTÁRIO	443		
1. Introdução	443		
1.1. A administração fiscal	444		
1.2. A organização judicial	445		
1.2.1. A estrutura judicial	445		
1.2.2. As recomendações das organizações internacionais	445		
2. Processo Fiscal: relação com outros ramos do direito	446		
2.1. A jurisdição fiscal vs. jurisdição penal	446		
2.2. A importância do direito processual civil e do direito processual administrativo	447		
2.3. A delimitação do ‘pedido fiscal’ e a sua diferenciação do ‘pedido administrativo’	447		
3. Os princípios processuais e procedimentais fiscais	448		
4. A figura do representante da Fazenda Pública	449		
5. A representante do contribuinte	450		
6. A importância do Ministério Público e a produção de prova	451		
7. As decisões judiciais	453		
8. O procedimento e o processo tributário	453		
9. Os processos alternativos de resolução de litígios e o seu impacto no direito fiscal atual	455		
CAPÍTULO XIII – POLÍTICAS FISCAIS NO SÉCULO XXI	467		
1. As especificidades dos países periféricos	467		
		2. O Impacto do Regime Jurídico-Fiscal da Propriedade Intelectual e Industrial na Economia: breves considerações nacionais e de direito fiscal comparado	477
		3. A tributação da agricultura e os desafios do século XXI	483
		CONCLUSÕES	491
		BIBLIOGRAFIA	495
		PESQUISA BIBLIOGRÁFICA NA INTERNET	505
		PERIÓDICOS SELECIONADOS	507
		ÍNDICE	509